

---

## Discussão do GAC sobre as proteções de OGIs

### Sessão 5

---

#### Índice

<a href="#">Objetivo da sessão</a>	p.1	<a href="#">Proposta da liderança para ações do GAC</a>	p.1	<a href="#">Status atual e acontecimentos recentes</a>	p.1	<a href="#">Principais documentos de referência</a>	p.3
------------------------------------	-----	---	-----	--	-----	---	-----

#### Objetivo da sessão

O GAC (a) fornecerá uma atualização do trabalho realizado até o momento sobre uma Lista de OGIs, que será coordenado pelo GAC, com ajuda da ICANN, (b) revisará o status do EPDP e os Conselhos do GAC relevantes sobre Proteções dos Direitos de Reparação para OGIs.

#### Proposta da liderança para ações do GAC

1. O GAC conversará sobre a versão preliminar do processo para gerenciar mudanças na Lista de OGIs do GAC de nomes completos de OGIs que deverão ser reservados em novos gTLDs.
2. O GAC conversará sobre Conselhos do GAC anteriores e atualizados (que não sejam novos) sobre Proteções de Direitos de Reparação para OGIs com a possibilidade de fazer alterações após o Relatório Final do EPDP sobre Proteções de Direitos de Reparação específicas para OGIs, com o objetivo de alinhar seus pareceres.

#### Status atual e acontecimentos recentes

##### Processo para atualizar a Lista de OGIs do GAC para Proteções de OGIs nos Novos gTLDs

O GAC tem revisado o processo para garantir que a [Lista de OGIs de 22 de março de 2013](#) do GAC esteja atualizada<sup>1</sup>, o mais completa possível e seja revisada no futuro, de maneira consistente com o [Conselho](#) no [Comunicado do GAC de San Juan](#), em resposta ao qual a Diretoria [sugeriu](#) um estudo de viabilidade. Uma proposta de mecanismo para gerenciar mudanças na Lista de OGIs do GAC de nomes completos de OGIs que deverão ser reservados em novos gTLDs foi enviada aos

---

<sup>1</sup> De acordo com um conjunto de [critérios](#), conforme incluído na [carta](#) à Diretoria da ICANN do dia 22 de março de 2013 que apresentou a lista de OGIs.

membros do GAC para revisão e comentários após o ICANN73 e novamente em preparação para o ICANN76.

O foco para o ICANN76 é revisar o processo proposto (inclusive informar as opções disponíveis para acrescentar OGIs na Lista) com o objetivo de finalizar o mecanismo sugerido e permitir que o GAC possa tomar decisões quanto a quaisquer solicitações relacionadas à Lista de OGIs, inclusive: acréscimos, mudanças ou remoções.

### **EPDP sobre Proteções dos Direitos de Reparação específicas para Organizações Governamentais Internacionais (OGIs)**

Em agosto de 2021, o Conselho da GNSO tomou a decisão processual de que a Linha de Trabalho de Proteção de Direitos de Reparação de OGIs dará seguimento ao seu trabalho por meio de um EPDP (Expedited Policy Development Process, Processo de Desenvolvimento de Políticas Rápido). *O escopo do trabalho do EPDP permanece o mesmo.*

Em 14 de setembro de 2021, o EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação para OGIs **publicou seu [Relatório Inicial](#) para [Comentários Públicos](#).**

Esse Relatório Inicial se concentra, em geral, na Recomendação 5 do PDP de Acesso de OGIs/ONGIs a Direitos de Reparação, que o Conselho da GNSO decidiu não aprovar, e encaminhou isso para o trabalho de PDP de RPMs da Fase 2 (que agora é o EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação de OGIs).

A Recomendação 5 do PDP de Acesso de OGIs/ONGIs a Direitos de Reparação pretendia solucionar uma situação em que uma OGI vence um processo de UDRP (Uniform Domain Name Dispute Resolution Policy, Política de Resolução Uniforme de Disputas de Nomes de Domínio) ou URS (Uniform Rapid Suspension, Suspensão Rápida Uniforme) e o registrante concedente ajuíza uma ação e a OGI alega imunidade nessa jurisdição. A Recomendação 5 afirmava que, nesse caso, a decisão original do painel de UDRP ou URS seria “deixada de lado” de modo que o efeito seria colocar as partes da disputa em suas situações originais, como se o procedimento de UDRP ou URS em que a OGI foi vencedora nunca tivesse sido iniciado. Isso foi considerado inaceitável enquanto um resultado de política.

Durante as deliberações do Conselho da GNSO sobre o Relatório Final do PDP de Acesso de OGIs/ONGIs a Direitos de Reparação, foram manifestadas preocupações sobre se a Recomendação 5 seria adequada para isso, ressaltando também que seria necessário fazer uma modificação significativa na UDRP e URS e, além disso, resultaria em uma possível redução do nível existente de proteções de reparação disponíveis atualmente para as OGIs.

O Conselho da GNSO aprovou o [Relatório Final](#) do EPDP sobre Proteções dos Direitos de Reparação específicas para Organizações Governamentais Internacionais (OGIs) em junho de 2022 e, em julho de 2022, enviou o [Relatório de Recomendações](#) para a Diretoria da ICANN descrevendo a proposta de políticas e seu impacto. Os membros do GAC encaminharam um comentário coletivo do GAC em apoio às conclusões do relatório final em janeiro de 2023, como parte do procedimento de Comentários Públicos.

## Recomendações finais do EPDP:

A equipe do EPDP chegou a um **consenso total** sobre as cinco recomendações finais para solucionar a questão do acesso de OGI à proteção de direitos de reparação dentro do seu escopo de trabalho, de acordo com as instruções do Conselho da GNSO, conforme documentado em seu regulamento. O Conselho votou aprovar **unanimemente** as recomendações e já encaminhou essa decisão para a Diretoria.

A equipe do EPDP chegou a um acordo no seu Relatório Final sobre as seguintes cinco recomendações:

1. **Definição de “OGI Reclamante”**: adicionar uma definição para “OGI Reclamante” às Regras atuais aplicadas à UDRP e URS para facilitar uma demonstração de direitos por uma OGI para dar continuidade a uma ação contra um registrante (na ausência de uma marca registrada).
2. **Isenção para o envio de uma “Jurisdição Mútua”**: esclarecer que uma OGI Reclamante estaria isenta do atual requisito de declarar que “enviará, com relação a quaisquer contestações a uma decisão no procedimento administrativo cancelando ou transferindo o nome de domínio para a jurisdição dos tribunais em pelo menos uma Jurisdição Mútua especificada”.
3. **Revisão de Arbitragem após um Procedimento de UDRP**: incluir uma opção de arbitragem (“recurso”) para revisar a decisão inicial de um painel emitida de acordo com a UDRP, após a decisão inicial do painel de UDRP ou URS (essa opção de arbitragem reflete a imunidade jurisdicional de OGIs e preserva a capacidade de um registrante de ajuizar uma ação antes da arbitragem).
4. **Revisão de Arbitragem após um Procedimento de URS**: incluir uma disposição no URS para acomodar a possibilidade de vincular uma arbitragem para revisar uma decisão feita em um processo de URS (Uniform Rapid Suspension, Suspensão Rápida Uniforme).
5. **Leis Relevantes para Procedimentos de Arbitragem**: a arbitragem será realizada de acordo com as leis acordadas mutuamente pelas partes. Se as partes não alcançarem um acordo mútuo, a OGI Reclamante deverá escolher as leis da região da sede do registrador relevante ou do endereço do titular do nome de domínio, conforme demonstrado para o registro do nome de domínio em disputa na base de dados do WHOIS do registrador relevante no momento em que a reclamação tiver sido enviada para o provedor de URS ou UDRP.

## Principais documentos de referência

- [Relatório Final](#) do EPDP sobre Proteções dos Direitos de Reparação específicas para OGIs
- [Proposta de Mecanismo para atualizar a Lista de OGIs](#)

## Mais informações

- Documento de referência de políticas do GAC sobre Proteções de OGI:  
<https://gac.icann.org/briefing-materials/public/gac-policy-background-igo-protections.pdf>

### Administração do documento

<b>Título</b>	Sessão de resumo do GAC do ICANN76 – Sessão 5– Proteções de OGI
<b>Distribuição</b>	Membros do GAC (antes do encontro) e pública (depois do encontro)
<b>Data de distribuição</b>	Versão 1: 3 de março de 2023